



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS ACADÊMICOS
E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIBIC/PIBITI/PIBIC-AF/PIVIC/PIVITI**

Título do projeto

Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba

Título do Plano

Políticas de acesso à educação superior e o perfil sócio econômico dos ingressos pelo SISU e políticas de cotas em cursos de alto e baixo prestígio social na UFPB.

Orientadora

Prof. Dr. Edineide Jezine Mesquita Araújo
Departamento de Metodologia da educação - DME

Discente

Jailson Batista dos Santos
Pedagogia - educação do campo
Centro de Educação - CE

João Pessoa, agosto de 2017

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta o desenvolvimento da pesquisa intitulada “**Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba**” (PIBIC/CNPq/UFPB; 2016/2017). A pesquisa referida tem como objetivo responder à dinâmica da inclusão social na educação superior, considerando o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade social, econômica e educacional no contexto da expansão, geradas pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e pelas políticas públicas de inclusão, em específico pela reserva de vagas (CASTELO BRANCO; JEZINE, 2013).

Com efeito, compõe-se o Plano de Trabalho I intitulado “**Políticas de acesso à educação superior e o perfil sócio econômico dos ingressos pelo SISU e políticas de cotas em cursos de alto e baixo prestígio social na UFPB**”. O plano referido analisa as políticas de acesso no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e caracteriza o perfil do ingresso a partir da implantação do SISU, a fim de apreender processos de inclusão e/ou exclusão social, e a proporção das desigualdades sociais nas áreas de conhecimento, considerando as políticas de cotas, a relação oferta de vaga, o ingresso, a matrícula e a conclusão em cursos de alto e baixo prestígio social.

Nessa perspectiva, questionam-se quais os impactos das políticas de acesso, em específico o SISU e as políticas de cotas na UFPB, no perfil do ingresso? Qual tem sido a escolha dos ingressos, acerca dos cursos de alto e baixo prestígio social, pelas políticas de cotas? Onde e como estão os estudantes cotistas? Para atender essa problemática, o trabalho apoia-se na metodologia quali-quantitativa, utilizando-se de dados do Censo da Educação Superior (INEP) - (2010 - 2015), de relatórios PIBIC desenvolvidos em anos anteriores (2014 - 2015), e de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GEPESS) e Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior (NEPES).

Dessa forma, o relatório se estrutura em cinco tópicos, os quais seguem: O debate acerca da inclusão/exclusão no contexto das Políticas Públicas de acesso à Educação Superior Brasileira; Políticas de acesso à Educação Superior no contexto das desigualdades sociais e seus processos na Universidade Federal da Paraíba; A dinâmica da expansão da Educação Superior no Brasil; A dinâmica do acesso à Universidade Federal da Paraíba - UFPB: acesso pelo SISU e políticas de cotas; Perfil socioeconômico dos ingressantes na UFPB pelo Sisu e Políticas de Cotas; e Os cursos de alto e baixo prestígio social: a escolha dos cotistas.

2. OBJETIVOS

O relatório compõe os seguintes objetivos: Analisar as políticas de acesso no âmbito nacional e a aplicabilidade das mesmas no *locus* da UFPB; Caracterizar o perfil do ingresso a partir da implantação do Sisu, tendo como eixo de análise as políticas de cotas e a proporção das desigualdades sociais por áreas de conhecimento, considerando as políticas de cotas; Reconhecer o perfil socioeconômico e o ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade em cursos de baixo e alto prestígio social ingressos pelas políticas de cotas; Analisar a relação oferta de vaga e ingresso; e a matrícula e conclusão em cursos de alto e baixo prestígio social, considerando o acesso pelo SISU e políticas de cotas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

As análises sobre o acesso de sujeitos em situação de vulnerabilidade na UFPB partiram dos dados da pesquisa que traça o perfil socioeconômico dos ingressos no período de 2008 a 2012, quando a UFPB atingiu o marco de duplicação de suas vagas, em cursos de graduação presencial (CASTELO BRANCO e JEZINE, 2013). Como procedimentos metodológicos optou-se por dois campos de investigação: a análise documental e a análise empírica a considerar os objetivos formulados. Nessa perspectiva, foi realizado um levantamento e análise das políticas de acesso e permanência no âmbito das políticas nacionais e locais, e a análise de documentos (relatórios, projetos, programas, resoluções,

pareceres e outros) possibilitando caracterizar a política da UFPB e atendimento a sujeitos em situação de vulnerabilidade.

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

4.1. Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior Brasileira e seus processos na Universidade Federal da Paraíba

A apreensão sobre as dimensões de inclusão/exclusão acerca das políticas de acesso estudantes em situação de vulnerabilidade social, em cursos superiores implica numa compreensão conceitual acerca do termo “política pública”, estas estão intrínsecas no âmbito deste nível de ensino. Segundo Hofling (2001), “políticas públicas” são entendidas como o “Estado em ação”. Ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Dessa forma, as políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – “quanto a implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos” (HOFLING; 2011; p.2). Assim, subentende-se que toda política pública deve ser pensada e estruturada com objetivos baseados no contexto da inclusão.

Entende-se que as políticas de inclusão, no âmbito educacional, não podem restringe-se apenas ao mero acesso dos sujeitos ao ensino superior, mas se ater também no processo de ensino e de aprendizagem que atenda os diferentes sujeitos, respeitando suas diferenças, condições e necessidades, considerando toda a diversidade humana, e isso inclui alunos e a comunidade educativa (GONZÁLEZ, Roseli Kubo; Et al. 2014), pois, a educação tem em sua base, objetivos que abarcam toda sociedade. Com efeito, ressalta-se a importância de aprofundar as discussões acerca das políticas de acesso no ensino superior no contexto das desigualdades sociais para uma melhor apreensão sobre a problemática do acesso. Nessa perspectiva, questiona-se se as políticas de acesso e de inclusão social no âmbito da UFPB estão gerando processos de inclusão ou exclusão social de alunos em situação de vulnerabilidade?

A problemática constitui-se relevante pela constatação da mudança do perfil social, econômico e cultural de maior número de sujeitos ingressos nas instituições federais, sobretudo, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (CASTELO BRANCO, JEZINE e PRESTES; 2013) em que se apresenta como estudo de caso. Nesse sentido, o contexto educacional em que se insere a problemática do acesso ao ensino superior se dá pelas políticas públicas para esse nível de ensino a partir de programas e ações governamentais, tais como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e a Lei nº 12.711/2012, que “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (BRASIL, 2012, p. 1¹, apud JEZINE, 2016, p. 6).

Segundo Jezine (2016), a partir da adesão ao REUNI, implantado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 12 de novembro de 2007 (Resolução nº 27/2007/CONSUNI/UFPB) como parte do conjunto da expansão do sistema de educação superior no Brasil, entre os anos de 2007 a 2012, constatou-se que houve uma multiplicação do número de matrículas, passando de 19.977 em 2007 para 32.078 em 2012, superando as próprias metas projetadas pelo Reuni. Assim, conforme Felinto (2015),

Os impactos foram na estrutura ao qual atingiu mudanças físicas em toda Universidade Federal da Paraíba. As mudanças ocorreram na infraestrutura, nas dimensões acadêmica e pedagógico, sendo as mesmas visíveis, tendo reflexo direto no aumento do número de alunos na UFPB, com repercussões, de modo que o site

¹ A Lei nº 12.711/2012 dispõe que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dentre elas as universidades “[...] reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” (apud JEZINE, 2016, p. 5).

do MEC noticiou que adesão ao Reuni, fez com que a UFPB superasse as metas estabelecidas (FELINTO, Jislayne; 2015; p. 7).

Atualmente, a educação superior brasileira vem apresentando um importante dinamismo no que diz respeito ao acesso a este nível de ensino (JEZINE, 2015). Principalmente devido ao aumento da demanda referente ao crescente número de ingressantes do ensino médio. O aumento do número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais historicamente marginalizados (Zago, 2006). Nessa perspectiva, levanta-se uma problemática pertinente, no sentido de saber quais as atuais políticas que vem contribuindo com a democratização do acesso ao ensino superior Brasileiro? Para tanto, considera-se que as políticas de acesso tiveram um papel importante, no sentido de serem mecanismos que possibilitam, de certa forma, a democratização para o acesso a esse nível de ensino.

Dentre os mecanismos que visam essa democratização, em que advém dos governos FHC, Lula e Dilma (1995 – 2013), destacam-se: o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem por objetivo o financiamento estudantil, ou seja, o estudante pode obter bolsas parciais e integrais, como no caso do PROUNI, ou mesmo obter empréstimos, como acontece no Programa FIES (CARVALHO, 2014).

Quadro01 -Políticas Públicas Atuais de acesso à Educação Superior Brasileira - (1995 – 2016)

Políticas Públicas	Objetivos²	Beneficiários/favorecidos
Programa de Financiamento Estudantil- FIES (Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011-2015); e Temer (2016-2017).	Criado em 1999, o FIES é um programa do Ministério da Educação que tem por objetivo o financiamento da graduação.	Setor Privado-Destinado a estudantes que desejam adentrar em IES privadas. ³
Programa Universidade para Todos- PROUNI. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011- 2015); e Temer (2016-2017).	Criado em 2005 ⁴ , o PROUNI é um Programa do Ministério da Educação dedicado à distribuição de bolsas integrais e parciais.	Setor Privado- Destinado a estudantes de baixa renda que não tem formação acadêmica e desejam adentrar em instituições privadas de ensino ⁵ .
Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM (Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011-2015); e Temer (2016-2017).	Criado em 1998. Objetiva avaliar o desempenho dos estudantes que terminaram a escola básica.	Setor Público e Privado - Destinado a estudantes que estão cursando ou concluíram o ensino médio.

²Todas as informações presentes na tabela foram retiradas do site disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 28/06/2017.

³ Instituído pela Lei nº 10.260 de 12 de Julho de 2001.

⁴ A Lei do PROUNI no ano de 2005 tem como base a Lei nº 9.870 de 23 de novembro de 1990, considerado também como uma política do Governo FHC.

⁵ Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.

Sistema de Seleção Unificada-SISU (Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011-2015); e Temer (2016-2017).	Regularmentado em 2012, através da portaria normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012. Objetiva ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior.	Setor Público e Privado - Oferta vagas, através do seu sistema informatizado, para os alunos que se submeteram ao ENEM, à todo estudante regulamente matriculado no ensino médio.
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI. SISU (Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011-2015); e Temer (2016-2017).	Vigora desde 2007 ⁶ . Visa a expansão das universidades federais brasileiras, contemplando número de vagas e cursos de graduação.	Às IES Públicas e Privadas.
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior- PROIES. (Governo Dilma Rousseff (2011-2015); e Temer (2016-2017).	Instituído em 2012 ⁷ , o Plano de Estímulo a Reestruturação e ao Fortalecimento de Instituições de Ensino Superior (PROIES). Objetiva o fortalecimento das instituições superiores em todo o Brasil.	Destinado às instituições Públicas e Privadas.

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações atualizadas do site do MEC. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 28/06/2017.

Ao analisarmos as políticas públicas expostas no quadro à cima, percebe-se que esses programas, de certa forma, acabam por incentivar e priorizar o setor privado de ensino, por estarem inseridos no contexto neoliberal, em que domina praticamente todos os setores da sociedade, dentro da lógica capitalista. Nesse sentido, o governo continua seguindo e mantendo essa lógica mercantilista (MANCIBO, 2013). Todavia, é importante ressaltar que as políticas de democratização do acesso à Educação Superior, ocorridas nos governos Lula e Dilma permitiram desencadear uma expansão significativa do setor público, principalmente, no que cerne a política de expansão o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como objetivo o aumento da ascensão e permanência dos sujeitos no ensino superior público brasileiro, sobretudo, daqueles em situação de vulnerabilidade, inseridos em um contexto de desigualdade social.

Estudos relacionados às políticas de acesso à educação superior têm apontado um aumento considerável da oferta de vagas nesse nível de ensino (SOUSA, 2010). Isso supostamente ocorre para suprir uma crescente necessidade de estudantes que almejam adentrarem na universidade, seja no setor público, ou no setor privado. Todavia, aponta-se também que a crescente procura teve sua demanda atendida por um número menor de instituições. Contudo, sabe-se que,

[...] expansão ao contribuir com o maior acesso, consequentemente contribui também com a democratização do acesso sob a perspectiva da inclusão social no ensino superior, possibilita o acesso de sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade, os denominados: negros, índios, portadores de deficiência, mulheres, população de baixa renda, população do campo, dentre outros, vem mudando o perfil dos sujeitos ingressos (FELINTO, 2015; p. 14).

Dessa forma, as políticas de expansão, bem como, as políticas afirmativas, vêm possibilitando o maior ingresso de sujeitos com histórico de vulnerabilidade social, conforme comprovado na pesquisa

⁶ A partir do Decreto nº 6.096 de 2007.

⁷ Lei nº 12.688, de 18 de Julho de 2012.

financiada pelo CNPq, do Edital Universal 14/2011⁸ (FELINTO, 2015). Considerando o exposto, levanta-se uma problemática pertinente, no sentido de saber quais os impactos das políticas de acesso, em específico o SISU e as políticas de cotas na UFPB no perfil do ingresso? (JEZINE, 2015), mediante aos processos de inclusão social de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Dentre as Políticas de acesso que a UFPB dispõe, destacam-se:

Quadro 02 - Políticas de acesso a cursos de graduação na Universidade Federal da Paraíba - UFPB⁹

Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV)
Regido pela Resolução n° 09/ 2010 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE). O MIRV, na UFPB, surge com o objetivo de atender os estudantes oriundos do ensino público, que tenham cursado ao menos três séries do ensino fundamental nessas instituições. Considerando, dentro desse percentual de vagas, os estudantes negros e índios, de acordo com a auto declaração no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feito no ano de 2000.
Programa Estudante Convênio- Movimentos Sociais do Campo (PEC/MSC)
Possibilita o acesso de estudantes pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo a cursos de graduação através do Programa Convênio PEC/MSC. Resolução n° 25/2004 do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G)
Uma política dedicada ao acesso de estudantes estrangeiros aos cursos de graduação da UFPB, que tem parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação. Com mais de 6.000 selecionados o programa tem possibilitado acesso de estudantes, principalmente dos países da África, com destaque para: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola ¹⁰ . Resolução n° 15 de 12 de Julho de 1990 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Fonte: Relatório Final do Plano de Trabalho: “Políticas de Educação superior: os desafios da permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba” - Projeto de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq – 2015.

O quadro possibilita enxergar que entre os programas que visam o acesso ao nível superior de ensino, destacam-se a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas- MIRV, o Programa Estudante Convênio Graduação- PEC/G e o Programa Estudante Convênio - Movimentos Sociais do Campo- PEC/MSC. Dessa forma, nota-se que a UFPB cumpriu um papel importante ao adotar tais programas no favorecimento do acesso no interior da universidade. Com efeito, ressalta-se que as políticas de acesso são exercidas no contexto da expansão do sistema de ensino superior, da institucionalidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB), que se reafirmam os privilégios e favorecimento ao setor privado, e como consequente, mantém-se a exclusão de sujeitos sem maiores condições sociais e econômica de ingresso a essa modalidade de ensino (FELINTO, 2015). Nesses termos, levanta-se a necessidade de compreensão sobre questões relevantes acerca da dinâmica da expansão, no sentido de saber como vem se apresentando e quais suas implicações em relação aos ingressos de novos sujeitos nesse nível de ensino? Sobre tudo, no que cerne os sujeitos com histórico de vulnerabilidade social.

4.2. A dinâmica da Expansão da Educação Superior no Brasil

O fenômeno da expansão na educação superior brasileira tem se apresentado como um processo complexo, em que, a democratização do acesso, as políticas de expansão e a permanência do alunado no ensino superior se entrelaçam em uma dinâmica única que envolve as políticas de educação superior e sua relação com a conjuntura do neoliberalismo e o processo de globalização (PRESTES;

⁸ JEZINE, Edineide (Coord.). Inclusão, equidade e excelência acadêmica nas políticas de educação: o acesso à Educação Superior no contexto da globalização. Relatório de Pesquisa CNPq 2013.

⁹ Informações retiradas do Relatório Final do Plano de Trabalho: “Políticas de Educação superior: os desafios da permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba” - Projeto de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq – Bolsista: FELINTO, Jislayne.2015.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/?q=node/22>> Acesso: 03/07/2017.

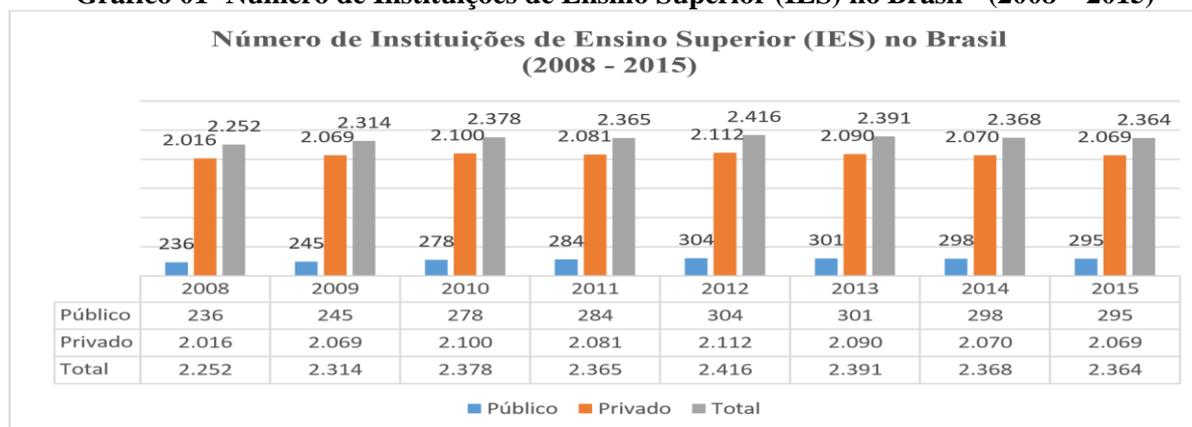
JEZINE; SCOCUGLIA; 2012). Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo configura-se como um projeto hegemônico do capitalismo que se expressa como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente à crise capitalista que se manifesta nos anos 1970 e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum que legitima as propostas de reforma do bloco dominante. Nessa perspectiva, do ponto de vista histórico,

O projeto neoliberal se firma no Estado brasileiro, coadunado com a reforma do Estado, tendo as primeiras iniciativas no Governo Fernando Collor Mello – (1990-1992) firmando-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995- 2001), e tendo continuidade no Governo de Luís Inácio Lula da Silva - LULA (2002-2010). A reforma do Estado foi o marco para as mudanças de concepção acerca dos bens e serviços ao possibilitar a reorganização das esferas sociais, culturais, educacionais, econômicas e políticas (FELINTO, 2015; p. 6).

Dentre os fenômenos discutidos no contexto da expansão da educação superior brasileira, destaca-se o aumento do número de instituições privadas nesse nível de ensino. Segundo dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP; 2015), o número de IES no Brasil, em 2008 constavam 2.016 IES privadas e 236 IES públicas, em 2014 o número total de IES atingiu a marca de 2.416, já em 2015 esse número passou para 2.069 de IES privadas e 295 públicas, decrescendo cerca de 1% totalizando 2.364 instituições.

Pelos dados apresentados, percebe-se que o número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil do setor privado, mantém-se em constante crescimento. Uma tendência percebida nos últimos 8 anos, quando comparado ao setor público, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 01 -Número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil - (2008 – 2015)



Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2008 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 28 jun. 2017.

Conforme exposto, o contexto da expansão implica também, no aumento constante do número de matrícula nas IES públicas e privadas do País, com destaque principalmente no setor privado, consolidando a tendência mercadológica dominante. De acordo com Santos (2010) a reestruturação capitalista configura-se como um fenômeno inserido no contexto da globalização, em que, sua estrutura necessita de sustentação, uma dinamicidade multidimensional, conectada às diversificadas das esferas que compõe o nacional e internacional ou o global e o local (apud FELINTO; 2015). Não obstante, a evolução das matrículas em cursos de graduação se dá no contexto do sistema capitalista, o que explica, de certa forma, a predominância do setor privado do sistema educacional, sobre tudo, no ensino superior.

Tabela 01 - Evolução de matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior) - (2010 - 2015)

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado

2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.773.315	4.966.374	514.212	812.444	67.256	44.653
2012	1.875.195	5.140.312	553.508	881.317	70.163	49.636
2013	1.932.527	5.373.450	561.175	960.531	71.366	59.767
2014	1.961.002	5.867.011	582.852	1.064.031	74.412	69.777
2015	1.952.145	6.075.152	590.489	1.104.191	75.880	77.736
Crescimento %	34%	52%	35%	80%	43%	117%
Total Geral	42.395.603		8.676.911		749.552	

FONTE: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 01 de jul. 2017.

A tabela acima possibilita observar que no Brasil o aumento das matrículas no período de 2010 até 2015, considerando os Governos Lula e Dilma, o crescimento do setor público foi de 34%, enquanto no setor privado de 52%. No entanto, ao considerarmos os períodos anteriores, de 1999 até 2010, observados nos Governos FHC e LULA, conforme apontado por Felinto (2015), o crescimento do setor público atingiu a marca de 75,6%, denotando uma diferença significativa de 41,6% no crescimento geral de todos os períodos analisados.

[...] no Brasil o aumento das matrículas no ano de 1999 até 2010, considerando os Governos FHC e LULA, o crescimento do setor público foi de 75,6%, enquanto no setor privado de 159,2%, no Brasil. Na região Nordeste o crescimento das matrículas considerando os dois governos, foi 80,2%, nas instituições públicas, no setor privado o crescimento foi de 435,0%, de onde se pode constar o maior crescimento no setor privado no governo Lula. No Estado da Paraíba, o crescimento das matrículas nas instituições públicas foi 63,1%, já no setor privado consta 398,1%, evidenciando o aumento das matrículas no setor privados. (FELINTO, 2015; p. 9)¹¹.

Em relação à Região Nordeste, o crescimento das matrículas considerando os dois governos (Lula e Dilma) foi 35%, nas instituições públicas, e 80% nas instituições privadas. Assim, destaca-se uma tendência de maior crescimento no setor privado no governo Lula e Dilma, mantendo-se for essa tendência nos últimos cinco anos. No tocante ao Estado da Paraíba, o crescimento das matrículas no setor público de ensino atingiu a marca dos 43%, já o setor privado aponta 117% de crescimento. Conforme percebido, quando comparados os números, o setor privado é o que detém o maior crescimento de matrículas em que pese o crescimento do setor público. No entanto, o setor público de Ensino da Paraíba, continua sendo o maior detentor de matrículas mesmo com crescimento do setor privado no período analisado.

Tabela 02 - Número de Vagas Ofertadas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais de IES do Brasil (2010 – 2015)

Brasil						
Ano	Vagas Oferecidas		Candidatos Inscritos		Ingressos	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2010	445.337	2.674.855	3.364.843	3.334.059	408.562	1.181.650
2011	484.943	2.743.728	5.138.136	4.028.451	426.597	1.260.257
2012	539.648	2.784.759	6.577.483	4.350.292	462.097	1.508.295
2013	525.933	2.903.782	7.232.646	4.712.433	457.206	1.494.490
2014	533.018	3.012.276	8.157.989	5.087.807	452.416	1.658.350
2015	530.552	3.223.732	8.517.232	5.508.890	451.174	1.493.004

¹¹Do Relatório Final do Plano de Trabalho: “Políticas de Educação superior: os desafios da permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba” - Projeto de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq – Bolsista: FELINTO, Jislayne. 2015.

Total	3.059.431	17.343.132	38.988.329	27.021.932	2.658.052	8.596.046
Vagas não preenchidas	Público:401.379			Privado:8.747.086		
Destaque 2015	1.810.106 = 48% de vagas não preenchidas					

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 01 de jul. 2017.

Em paralelo ao crescimento de matrículas, identifica-se também, um aumento crescente do número de vagas ociosas na educação superior do Brasil. De acordo com as informações do Censo da Educação (2015), no ano de 2015 foram oferecidas mais de 3,7 milhões de vagas em cursos de graduação, dessas novas vagas, apenas 1.944.178 foram preenchidas. Isso significa que o número de vagas não preenchidas quando comparadas ao número de ingressos, chegaram ao número de 1.810.106 de vagas que não foram ocupadas, o que corresponde 48%, quase a metade das vagas ofertadas no ano correspondente. Conforme dados na tabela acima.

Observam-se também nos dados acima, que as o número de vagas não preenchidas no setor privado foi de 8.747.086, quando analisados os últimos cinco anos (2010 – 2015), dessa forma, os números expressam uma quantidade significativa de vagas ociosas na rede privada. Trata-se inegavelmente de uma predominância significativa na tendência desse fenômeno discutido pelos estudiosos das políticas de acesso ao ensino superior. Nesse sentido, surge uma questão importante: Por que as vagas não foram preenchidas? Segundo Nakamura (2014), tal tendência provoca um duplo processo de exclusão: o direito ao ensino de qualidade, e as condições de acesso (NAKAMURA, 2014). Tendo em vista que 30% da população brasileira ganham até meio salário mínimo, o que demonstra uma total impossibilidade do cidadão se manter em uma instituição privada de ensino (apud NERI, 2010).

Tabela 03 - Número de Vagas Ofertadas, Candidatos Inscritos e Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais de Instituições Federais do Nordeste (2010 - 2015)

Instituições Federais/Nordeste				
Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/Vagas Oferecidas	Ingressos
2010	78.148	757.857	9,7	87.105
2011	83.221	1.214.630	14,6	86.622
2012	86.926	1.727.800	19,9	89.390
2013	90.096	1.747.293	19,4	91.253
2014	93.533	2.212.354	23,7	94.250
2015	96.853	2.249.302	23,2	95.782
Total	528.777	9.909.236	110,5	544.402
Crescimento %	24%	197%	139%	10%
Destaque 2015	1.071 = 1% de vagas não preenchidas			

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 04 de jul. 2017.

Ao delimitarmos as análises sobre as Instituições Federais do Nordeste, entre os anos de 2010 a 2015, os dados apresentam um quadro positivo quanto ao número de vagas oferecidas e a quantidade de ingressantes nas instituições federais. Em relação ao número de vagas ofertadas, constavam 78.148 vagas em 2010 e em 2015 o número chegou a 96.853, ou seja, houve um crescimento de 24% nos períodos analisados (2010 – 2015). Em consonância a isso, o número de ingressantes manteve-se a cima do quantitativo de vagas ofertadas em todos os anos analisados, em 2010, por exemplo, haviam ingressado 87.105 estudantes, em 2015 ingressaram 95.782, representando um crescimento sutil de 10% nos últimos cinco anos, conforme dados da tabela 03.

Contudo, nota-se nos dados ainda, um quantitativo expressivo sobre o número de candidatos inscritos que procuraram adentrar nas instituições federais nos anos analisados, em que, no ano de

2010 totalizavam 757.857 candidatos inscritos, em 2015 este número quase triplicou, atingindo a marca de 2.249.302, totalizando um crescimento de 197%. Dos dados supracitados, destaca-se também um quantitativo de 1.071 vagas não preenchidas no ano de 2015, o que reafirma as constatações sobre o fenômeno identificadas anteriormente a nível Nacional.

Diante do exposto, constata-se que as mudanças na educação superior brasileira são explicadas quando compreendidas as suas transformações dentro do contexto político, social e econômico do País (MANCEBO; 2013). Nessa perspectiva, as políticas de acesso à educação configuram-se como um norte no sentido de tentar diminuir as desigualdades sociais, e com isso, espera-se que a verdadeira equidade na educação aconteça. Contudo, ressalta-se a importância na continuidade das investigações acerca dos ingressantes pelas políticas de cotas, sobretudo, nos cursos de baixo e alto prestígio social na UFPB. Conforme apontam Jezine, Castelo Branco e Prestes (2016; p.12),

[...] as pesquisas indicam a necessidade de investigações no âmbito local em sua relação com as políticas nacionais e internacionais (o local e o global), na perspectiva de questionar se as políticas de acesso e de inclusão social no âmbito da UFPB estão gerando processos de inclusão ou exclusão social de alunos em situação de vulnerabilidade social?¹²

Conforme exposto, destaca-se a necessidade de investigação sobre o ingresso por cursos e a proporção das desigualdades sociais nas áreas de conhecimento, considerando as políticas de cotas, bem como, a relação oferta de vaga e ingresso; matrícula e conclusão em cursos de alto e baixo prestígio social (JEZINE, 2016) considerando o acesso pelo SISU e políticas de cotas na Universidade Federal da Paraíba.

4.3. A dinâmica do acesso à Universidade Federal da Paraíba - UFPB: acesso pelo SISU e políticas de cotas

Do ponto de vista histórico, “após o ano de 2008 a UFPB passa por uma série de mudanças, que são refletidas no número de ingressantes da instituição” (CARVALHO, 2014; p. 21). Os resultados da pesquisa “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDBapontaramum crescimento no número de ingressantes desde o ano de 2007. De acordo com Carvalho (2014),

Parte desse crescimento está ligado a implementação do Reuni, que vigora a partir desse ano na UFPB, essa implementação reflete o aumento significativo de vagas a partir do ano de 2009, como pode ser observado na tabela. Além disso, o ano de 2011 é marcado por uma parcela de vagas dedicada ao Sisu, apenas 708, com aumento gradativo dessa reserva até o ano de 2013. Para tanto far-se-á uma análise comparativa das categorias supracitadas, enfocando principalmente os anos de 2011 a 2013, através dos quantitativos do PSS e Sisu (CARVALHO, 2014; p. 21).

De acordo com o Relatório de Gestão (2016), atualmente a UFPB é a maior instituição de ensino superior do Estado da Paraíba, e tem 39.283 alunos matriculados, assim distribuídos: 29.753 na Graduação Presencial, 3.238 na Graduação à Distância e 6.292 na Pós-Graduação sendo 4.730 stricto sensu e 1.562 lato sensu.

Com uma estrutura multicampi, distribuídos nas cidades de João Pessoa (sede, campus I), Areia (129 km da sede, campus II), Bananeiras (140 km da sede, campus III) e Mamanguape/Rio Tinto (60 km da sede, campus IV), as atividades da UFPB são fundamentadas no preceito constitucional que estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (UFPB, Relatório de Gestão, 2016; p. 32).

¹² O Projeto de Pesquisa intitulado: Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba - 2016/2017 - levanta essa problemática acerca dos processos de exclusão inclusão no âmbito da UFPB

No tocante às análises sobre a relação entre o número de vagas ofertadas, candidatos inscritos e ingressos nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal da Paraíba, de modo geral, destacam-se um aumento expressivo de candidatos inscritos considerando os últimos cinco anos, cerca de 597.512, um aumento de 323% no período de 2010 a 2015, conforme ilustrado na tabela quatro.

Essa procura crescente, revelada pelos dados, parece ser justificada pelo empenho da instituição em busca da manutenção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, em que, a partir da adoção do Sisu como forma de ingresso na instituição, a UFPB passou a concorrer com todas as outras universidades públicas do país que aderiam ao sistema.

Tabela 04 - Número de Vagas Ofertadas, Candidatos Inscritos e Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais da Universidade Federal da Paraíba UFPB - SISU e Políticas de Cotas- (2010 - 2015)

Universidade Federal da Paraíba				
Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/Vagas Oferecidas	Ingressos
2010	7.025	33.362	4,7	8.057
2011	7.776	56.249	7,2	8.436
2012	8.149	115.326	14,2	8.399
2013	8.255	109.755	13,3	7.778
2014	7.790	141.864	18,2	7.233
2015	7.680	140.956	18,4	7.164
Total	46.675	597.512	76,0	47.077
Crescimento %	9%	323%	241%	-11%
Destaque 2015	516 = 7% de vagas não preenchidas			

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 04 de jul. 2017.

Na relação entre as vagas oferecidas e ingressos, considerando o período entre 2010 a 2015, na UFPB, observa-se que o número de vagas ofertadas é menor que os números de ingressantes, 46.675 de vagas oferecidas contra 47.077 de ingressos. No entanto, destaca-se que em 2015 o número de vagas era de 7.680, contra 7.164 ingressantes, ou seja, à quantidade de ingressante era 7% menor que as vagas oferecidas, o que significa um quantitativo de 516 vagas não preenchidas no ano referido.

Tabela 05 - Número de Ingressos em cursos Presenciais da Universidade Federal da Paraíba pelas políticas de Cotas - (2012 – 2016)

Cotistas - UFPB				
Ano	Escola pública com renda de até 1,5 salário	Preto, pardo, ou indígena	Portador de deficiência	Total Por Ano
2012	998	1.299	24	2.321
2013	895	1.651	29	2.575
2014	962	1.874	173	3.009
2015	964	1.815	156	2.935
2016	1.323	2.275	142	3.740
Parcial	5.142	8.914	524	Total de Cotistas 14.580
Crescimento %	14.580 = 61%			

Fonte: Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

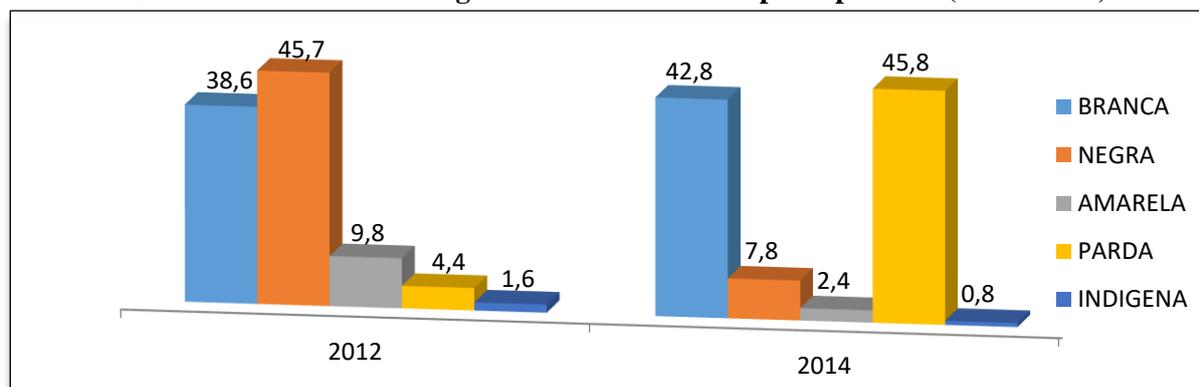
No tocante ao número de ingressos em cursos presenciais da Universidade Federal da Paraíba pelo SUSU e políticas de cotas, os dados da tabela a cima demonstram que em 2012 ingressaram

2.321 cotistas, e em 2016 esse número subiu para 3.740 de ingressante pelas políticas de cotas. O total de ingressos entre o período de 2012 a 2016 foi de 14.580 estudantes cotistas, segundo dados da Superintendência tecnologia da informação – STI (2016). Isso representou um aumento 61% do quadro discente na referida Instituição.

4.4. Perfil socioeconômico dos ingressantes na UFPB pelo SiSu e Políticas de Cotas.

Com objetivo de estender o debate acerca do perfil do ingresso na UFPB, busca-se a caracterização desse perfil a partir da implantação do SisU, tendo como eixo de análise as políticas de cotas e a proporção das desigualdades sociais por áreas de conhecimento. Diante do exposto, levanta-se uma problemática pertinente no sentido se saber quem são os cotistas que adentraram na universidade pelo SISU? Nesse sentido, as análises sobre o perfil socioeconômico dos ingressantes pelo SUSU e Políticas de cotas passam a ter maior significado “quando os indicadores de sexo, cor/raça, renda familiar, escolarização dos pais e origem escolar dos ingressantes são comparados aos dados demográficos do Brasil em seus diferentes contextos (JEZINE, 2016, p.7). Todavia, segundo Jezine (2016), esse perfil tende a se modificar em função das mudanças na forma de acesso, quando a UFPB em 2014 extingue o Processo Seletivo Seriado (PSS) e adota o Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Gráfico 02 - Número de ingressos auto declarados preto/pardos - (2012 - 2014)



FONTE: Dados retirados do Relatório PIBIC - “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba”, (FELINTO, 2015).

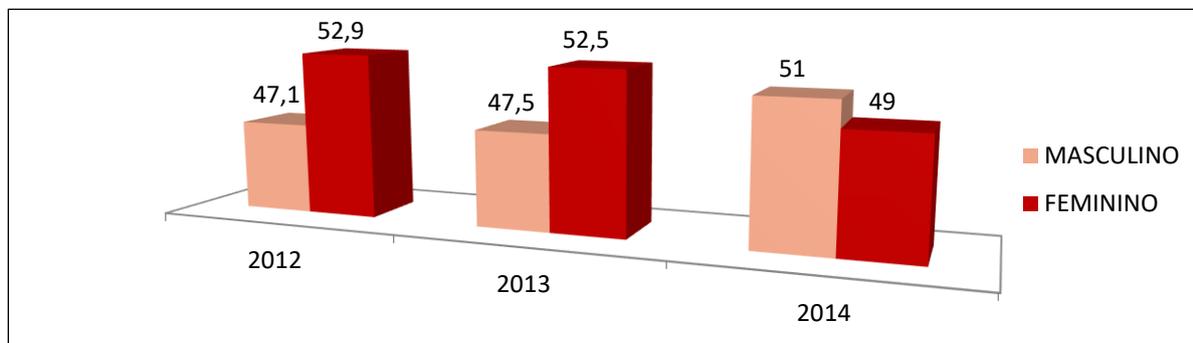
Rressalta-se que “no ano de 2012, foi sancionada a Lei 12.711, que torna obrigatório em todas as universidades públicas e instituições federais 50% das vagas para reserva social e racial” (CARVALHO, 2014; p. 12). Com efeito, na pesquisa intitulada “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba realizada”, Felinto (2015) identificou um aumento da cor parda entre os anos de 2011 a 2014, havendo uma queda em 2014, ano em que se instala o Sistema de Seleção Unificado – (Sisu) e 50% de cota social.

Com isso, percebeu-se também um aumento do percentual de cor Branca dos ingressos nesse mesmo ano. Esse aumento, segundo Felinto (2015), atribui-se a concorrência das vagas a nível nacional. Todavia, de acordo com a referida Lei, a reserva de vagas efetiva-se por meio de critérios específicos.

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

Conforme explica o Art. 3º, dos 50% das vagas reservadas para estudantes considerados com histórico de vulnerabilidade social, terão prioridade, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, oriundos de escola pública com renda até 1,5 salários mínimos. Dessa forma, em caso de não preenchimento de vagas, as demais serão fornecidas aos estudantes advindos integralmente de escolas públicas (BRASIL, 2012 apud CARVALHO, 2014).

Gráfico 03 - Número de ingressos por sexo - (2012 - 2014)



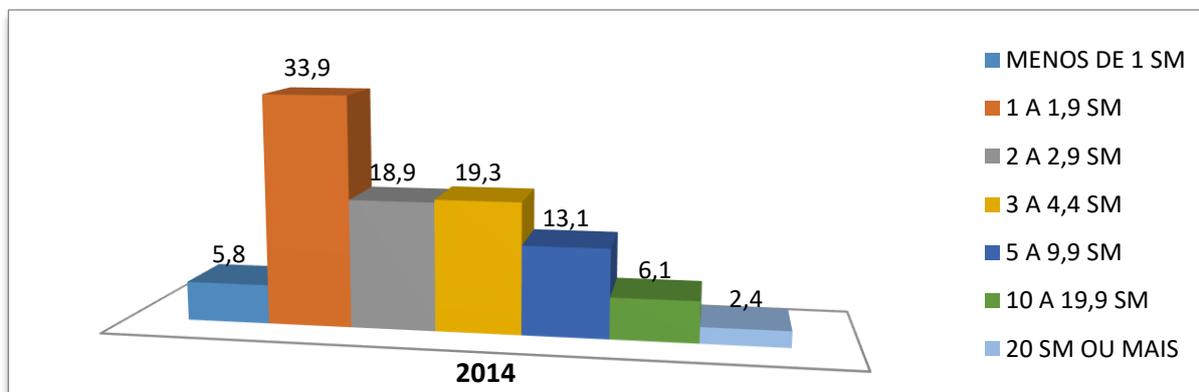
Fonte: Dados retirados do Relatório PIBIC - “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba”, (FELINTO, 2015).

Conforme exposto, destaca-se na variável sexo um quantitativo maior de estudantes do sexo feminino, sendo predominante quando comparado ao masculino nos anos de 2012 a 2013, no entanto, em 2014 percebe-se um pequena diminuição no número de mulheres com 49% contra 51% do sexo masculino. De acordo com Castelo Branco e Jezine (2013),

[...] o ingresso na UFPB, apresenta a mesma proporcionalidade verificada na população, em que as mulheres são maioria. “Ou seja, na Paraíba, com uma população de 3.836 mil (IBGE, 2012, p. 44), a população de mulheres é de 2.019 mil e a de homens, 1.817 mil, sendo, respectivamente, 47,4% do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino, o que se repete na entrada de estudantes na UFPB” (apud FELINTO, 2015; p. 18).

Em face aos dados sobre variável renda, torna-se pertinente retomar para os pressupostos de Bourdieu (1998) sobre o capital econômico, em que, segundo eles, refere-se às condições financeiras, patrimoniais e de renda de cada sujeito e de sua família, pode interferir diretamente nas expectativas de cada sujeito. Com efeito, os dados a seguir apresentam que a maioria dos ingressantes pelos Sisu em 2014 possuem renda de 1 a 1,9 salários mínimos, sendo considerados com baixo poder aquisitivo.

Gráfico 04 - Renda familiar dos ingressantes pelo Sisu - (2014)



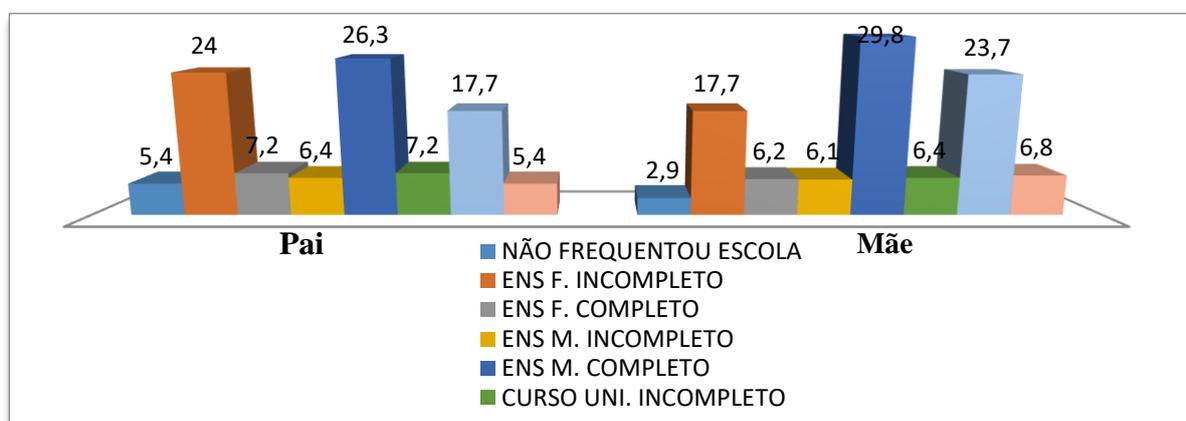
Fonte: Dados retirados do Relatório PIBIC - “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba”, (FELINTO, 2015).

Considerando que o ano 2014 foi o ano em que efetivou-se o Sisu e cancelou-se o Processo Seletivo Seriado, Felinto (2015, p. 19) aponta que,

[...] outro fator importante, ao fazer relação com gráfico anterior, observa-se que na categoria em que consta de a 1 a 1,9 salário mínimo e 2 a 2,9 salário mínimo, apresenta-se uma diminuição do número de sujeitos menos favorecidos economicamente. Essas questões permite a novos questionamentos, principalmente na busca das respostas, dessas fatores em que vem a modificar esse perfil. No entanto, ainda encontra-se grupos menos favorecidos economicamente, problematizando as questões que se insere na permanência destes, na instituição.

Segundo Coleman (1988), o capital econômico é definido tanto como renda e riqueza material como em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso. Nesse sentido, considera este tipo de capital como um dos fatores relacionados ao contexto familiar que influencia diretamente na vida das pessoas que o detêm (apud BONAMINO, et al. 2010). Dessa forma, o sujeito se utiliza de estratégias para sua sobrevivência, no caso acima, tenta a estudante tenta conciliar trabalho e estudo, sempre correndo atrás de algo para se manter.

Gráfico 05 - Escolaridade do pai e da mãe dos ingressantes pelo Sisu - (2014)



Fonte: Relatório PIBIC - “Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba” (FELINTO, 2015).

Em relação a escolaridade dos pais dos ingressos pelo Sisu 2014, o gráfico possibilita encher que há mães possuem um nível um pouco maior de instrução do que os pais, conforme ilustrado, 29,8% das mães tem ensino médio completo e 23,7% possuem curso superior incompleto. Segundo análises de Felinto (2015),

A categoria escolaridade dos pais se configura como um indicador que possibilidade inferir acerca do capital cultural e social que os ingressos possam ter, ao se associar esse indicador a variável renda é possível reconhecer sujeitos em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, os anos em que a MIRV foi implantada observa-se um aumento do número de ingressos com mãe que tenham o ensino fundamental incompleto. Todavia no ano de 2014, esse número baixa se aproximando dos números antes da implantação da MIRV na UFPB (FELINTO, 2015; p. 16).

Todavia, os dados também revelam que há um equilíbrio entre os dois, pois 26,3% dos pais concluíram o ensino médio e 17,7% possuem ensino superior incompleto, dessa foram se aproximam da instrução das mães. Os dados expressam o capital cultural (BOURDIEU; 1998) indicando a referência e contexto dos alunos ingressantes na UFPB pelo Sisu políticas de cotas no curso.

Em síntese, os indicadores de sexo, cor/raça, renda familiar, escolarização dos pais se configuram como sendo os mais relevantes para as análises, em que, segundo Jezine (2016) devem ser considerados a partir do conceito de inclusão social, utilizando-se das análises sociológicas de Bourdieu (2002) que nos apresenta as categorias de capital cultural e social.

Nesses termos, a discursão sobre o acesso de estudantes inseridos em um contexto de situação de vulnerabilidade social no âmbito da educação superior, implica em considerar os aspectos que contribuem para a superação dos desafios nesse contexto. Nesse sentido, as escolhas, concepções, ideias e percepções dos indivíduos que se encontram em tal situação, podem estar relacionadas ao poder simbólico, cujas análises desenvolvidas por Bourdieu (1998) em seus estudos sobre sociologia e educação inferem que,

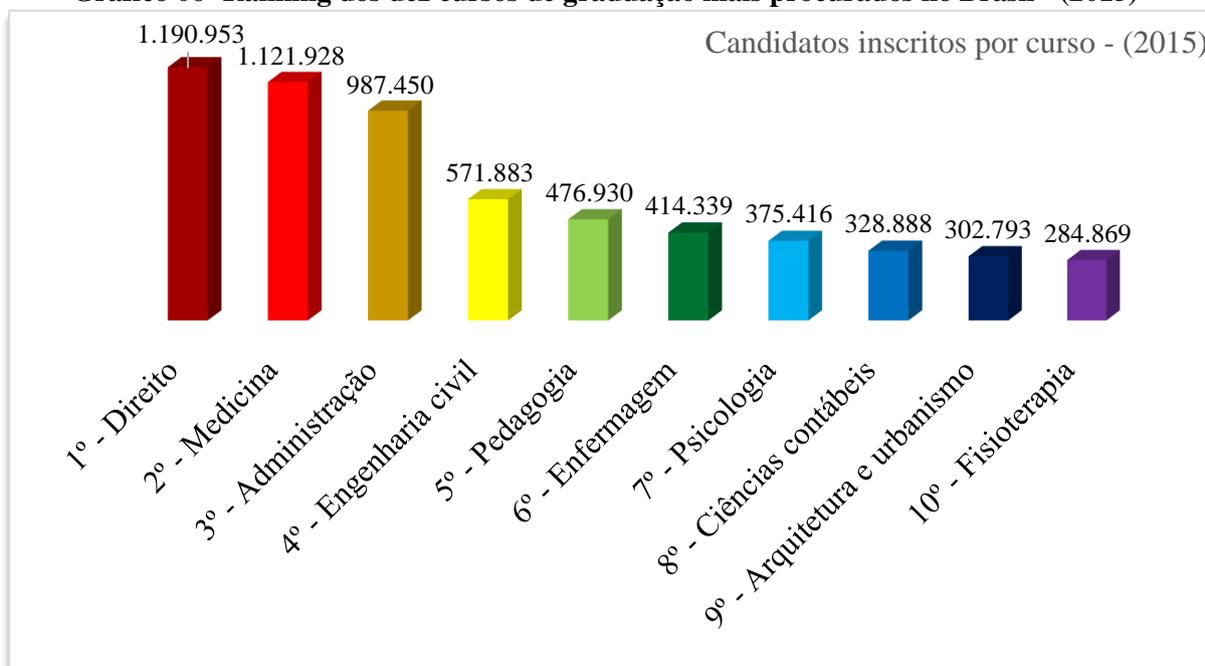
[...] o capital econômico refere-se às condições financeiras, patrimoniais e de renda de cada sujeito e de sua família, sendo um tipo de capital que pode interferir diretamente na opinião e expectativa de cada sujeito [...] O capital social envolve um conjunto de trocas simbólicas e de relações que resultam em estratégias de investimento social, orientadas consciente ou inconscientemente. [...] o capital cultural é o elemento de herança familiar de maior repercussão no destino escolar. Ele é constituído por valores, costumes, crenças e ideologias, assim como por elementos que o objetivam e que possuem um valor nas relações de troca (ex: diplomas e títulos escolares). (apud FARIA & SILVA, 2009, p. 82).

Para Bourdieu (1998), nossas motivações diante da realidade objetiva desencadeiam estratégias que estabelecem nossas ações, as quais são dotadas de sentidos e dirigidas, por vezes, de forma inconsciente, como por exemplo, a escolha por determinado curso de graduação pelo alto seu alto prestígio social.

4.5. Os cursos de alto e baixo prestígio social: a escolha dos cotistas

De acordo com Nogueira (2015), a escolha de um curso superior parece estar às preferências, ao gosto, à “vocação” individual”. Nesse sentido, “é comum os indivíduos argumentarem que escolheram determinado curso porque gostam da área, acreditam que têm habilidades apropriadas ao exercício da profissão, ou mesmo, que sempre sonharam em se formar naquela área” (SAMPAIO, 2000; p. 277 apud NOGUEIRA, 2015; p. 2).

Gráfico 06 - Ranking dos dez cursos de graduação mais procurados no Brasil - (2015)



Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 06 de jul. 2017.

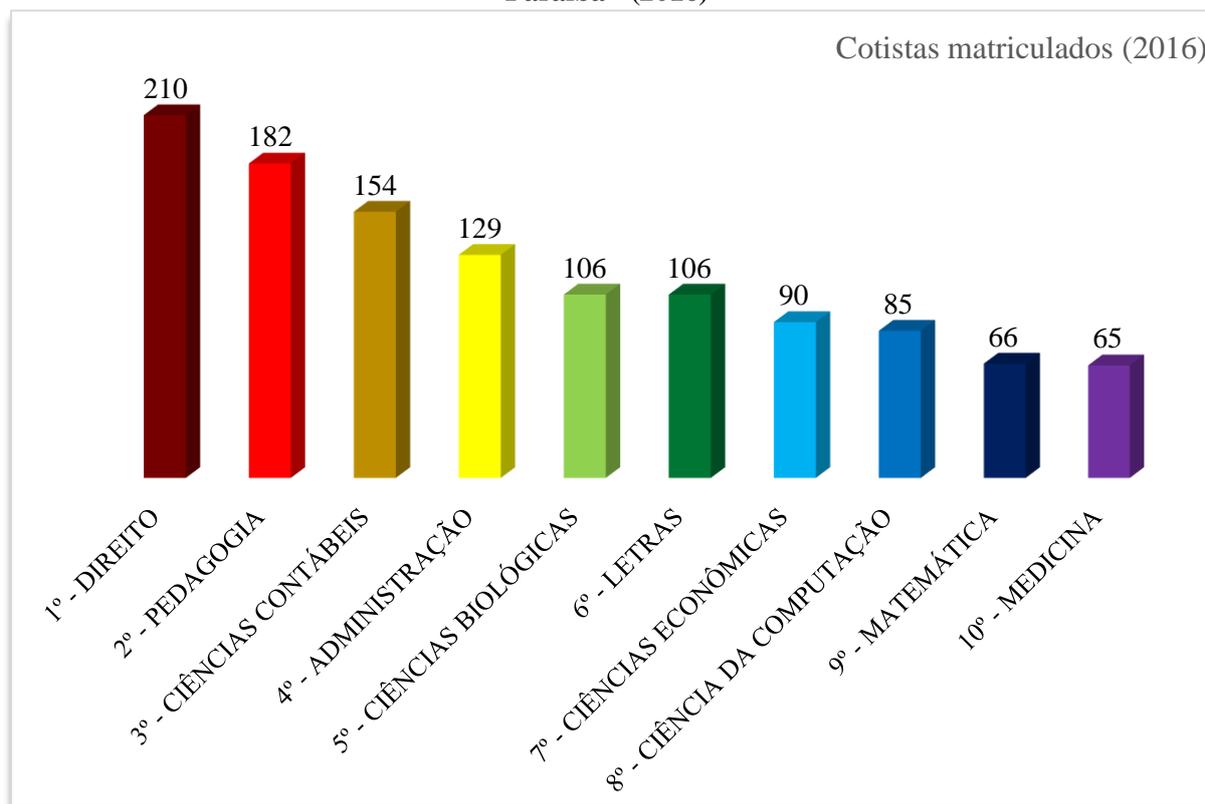
Em nível de Brasil, no tocante às áreas gerais de conhecimento, observa-se que as Ciências Humanas se destacam como a mais procurada no período entre 2010 a 2014, com um total de

9.282.098 candidatos inscritos, o que representa um aumento de 70% de procura no período analisado. Já as Ciências Biológicas somam 4.869.511 candidatos inscritos, representando um aumento de 138%, e por último a área de Ciência Exatas, foi a menos procuradas com 4.812.820 de candidatos inscritos entre 2010 a 2014¹³. Ainda conforme Nogueira (2015), as pesquisas sobre a escolha de um curso superior apontam duas conclusões básicas: primeiro que o perfil dos estudantes varia fortemente de acordo com o curso frequentado; e segundo que existe um importante e complexo processo de auto seleção na escolha do curso superior.

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, no ranking dos dez cursos mais procurados no ano de 2015, destacam-se: em 1º lugar, o curso de Direito, com 1.190.953 inscritos; em 2º, Medicina, com 1.121.928 candidatos inscritos; em 3º lugar, Administração, com 987.450 inscritos, no ano de 2015, conforme o gráfico a seguir. Na sequência seguem: em 4º, Engenharia Civil, com 571.883 inscritos; 5º lugar, Pedagogia, com 476.930 candidatos inscritos; em 6º, Enfermagem, com 414.339 inscritos; 7º lugar, Psicologia, com 375.416 inscritos; em 8º lugar, Ciências Contábeis, com 328.888 inscritos; 9º lugar, Arquitetura e urbanismo, com 3002.193 candidatos; e em 10º lugar no ranking, o curso de Fisioterapia, com 284.869 inscritos no respectivo ano. Conforme ilustrado, nota-se que a grande maioria dos cursos preferenciais compõe a área das Ciências Humanas.

Considerando o perfil socioeconômico dos ingressos importa investigar qual tem sido a escolha de cursos dos ingressos pelas políticas de cotas? Nesse caso, onde e como estão os estudantes cotistas? (JEZINE, 2016). Com efeito, destaca-se que o maior número de matriculados se concentram na área de Humanas da referida Instituição.

Gráfico 07 - Ranking dos dez cursos com maior número de cotistas na Universidade Federal da Paraíba - (2016)



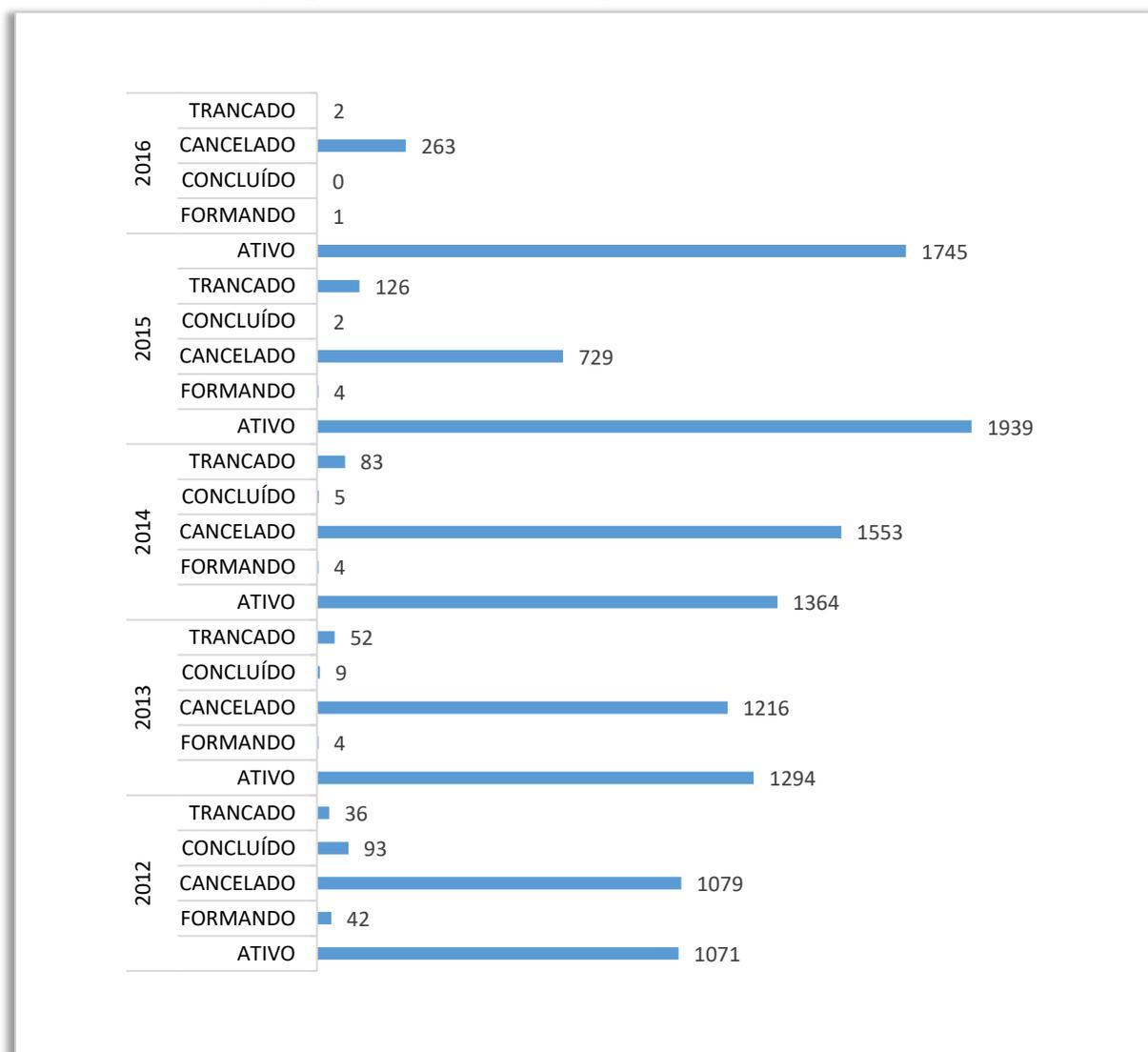
Fonte: Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

¹³ **Fonte:** BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 06 de jul. 2017.

De acordo com os dados do gráfico a cima, o curso de Direito segue em 1º lugar com maior número de cotistas, 210 do total de ingressantes, em 2º lugar, o curso de Pedagogia, com 182 cotistas, e em 3º lugar, o curso de Ciências Contábeis, com 154 estudantes cotistas matriculados em 2016.

Em relação a situação dos cotistas nos cursos de Direito e Pedagogia da UFPB, nota-se um aumento significativo, entre o período de 2012 a 2016. O número de ingressos pelas cotas com status de ativo na matriculaem 2012 era de 1.071, já em 2015, 1.939 ativos, o que representa um aumento de 81%no período de 2012 a 2015. Contudo, destaca-se que em 2016, houve uma pequena oscilação, decrescendo para 1.745 cotistas com status de ativo, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 08 - Situação geral da Matrícula de Ingressantes Cotistas da UFPB - (2012 – 2016)



Fonte: Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

De modo geral, acerca da situação da matrícula de estudantes cotistas, o gráfico a cima mostra que o ano de 2012 teve maior quantidade de concluintes, foram 93 concluintes e 42 formandos, quando comparado com os anos subsequentes. Os dados mostram também, um número muito expressivo de estudantes que trancaram curso em 2016, cerca de 83 cotistas, todavia, percebe-se também, um número alto de cancelamentos, em 2014, por exemplo, 1.553 cotistas cancelaram sua matrícula. Tais constatações podem gerar uma nova problemática acerca da permanência desses estudantes na universidade, no sentido de saber os motivos que levam ao trancamento e cancelamento de um curso de graduação, haja vista que os processos de exclusão social é um problema que deve ser considerado para além do acesso ao ensino superior.

5. CONCLUSÕES

Ao pesquisar sobre as políticas de acesso e permanência no âmbito da educação superior Brasileira, e fazer o recorte sobre os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba, o estudo possibilitou levantar reflexões acerca desse contexto, trazendo questões importantes que envolvem a dinâmica da inclusão social dos sujeitos envolvidos nesse processo, no sentido de saber quais as políticas que favorecem sua inserção e permanência no ensino superior?! Dessa forma, identificou-se que muitas políticas tiveram um papel importante, no sentido de serem mecanismos que possibilitam, de certa forma, a democratização para o acesso a esse nível de ensino.

No tocante ao plano de trabalho, especificamente, desenvolveu-se uma problemática relevante no sentido de saber quais os impactos das políticas de acesso, em específico o SISU e as políticas de cotas na UFPB no perfil do ingresso? Qual tem sido a escolha de cursos dos ingressos, pelas políticas de cotas? Onde e como estão os estudantes cotistas? Diante dessas questões, conclui-se que os programas – entendidos aqui como políticas públicas – incentivam e priorizam o setor privado de ensino, por estarem inseridos no contexto neoliberal, em que, domina praticamente todos os setores da sociedade dentro da lógica capitalista.

Nesse sentido, em relação ao acesso, observou-se uma quantidade significativa de vagas ociosas na rede privada, tratando-se inegavelmente de uma predominância significativa na tendência desse fenômeno discutido pelos estudiosos das políticas de acesso ao ensino superior. A evolução de ingressos pelo tipo de cotas, a partir da implantação do SISU, considerando a proporção das desigualdades sociais, os dados apontaram um aumento em 2012 o número da modalidade pretos, pardos e/ou indígenas, representando a maioria de ingressantes quando comparados aos portadores de deficiência e egressos de escola pública com renda de 1,5 salários mínima.

No tocante ao estudo de caso na Universidade Federal da Paraíba, dos programas que visam o acesso ao nível superior de ensino, destacaram-se: o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem por objetivo o financiamento estudantil, ou seja, o estudante pode obter bolsas parciais e integrais, como no caso do PROUNI, ou mesmo obter empréstimos, como acontece no Programa FIES. Nesse sentido foi possível inferir que a referida Instituição cumpre papel importante ao adotar tais programas no favorecimento do acesso no interior da universidade.

No que cerne a escolha dos cursos de alto e baixo prestígio social, destaca-se que o maior número de cotistas matriculados na UFPB se concentram na área de Humanas da referida Instituição. De acordo com os dados apresentados no decorrer da pesquisa, o curso de Direito encontra-se em 1º lugar com maior número de cotistas, 210 do total de ingressantes, em 2º lugar, o curso de Pedagogia, com 182 cotistas, e em 3º lugar, o curso de Ciências Contábeis, com 154 estudantes cotistas matriculados em 2016.

Contudo, o estudo sobre as políticas de acesso à educação superior tem apontado um aumento considerável da oferta de vagas no nível superior de ensino. Isso supostamente ocorre para suprir uma crescente necessidade de estudantes que almejam adentrarem na universidade, seja no setor público, ou no setor privado. Todavia, aponta-se também que a crescente procura teve sua demanda atendida por um número menor de instituições.

6. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de jul. 2017.

BRASIL. INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2010/2011/2012/2013/2014/2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 – 2012)**. Disponível em <<http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-deexpansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

CARVALHO, Rayana; JEZINE, Edineide. **PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: “um peso, duas medidas”**. Espaço do currículo, v.9, n.1, p. 108-120, janeiro a abril de 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/rec.016.v9i1.108120/15341>> Acesso em: 10 de mai. 2017.

CARVALHO, Rayana. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB**. Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais. Relatório PIBIC/UFPB. 2014.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba**. Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social. Relatório PIBIC/UFPB. 2015.

GONZALEZ, Roseli Kubo; PAGNEZI, Karina Soledad Maldonado Molina; PRIETOI, Rosângela Gavioli. **Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 725-743, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n3/v39n3a06.pdf>> Acesso em: 20 de dez. 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS.** Cad. CEDES vol.21 no. 55 Campinas Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003> Acesso em: 10 de ago. 2017.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no brasil: expansão e tendências (1995-2014).** 37ª Reunião Anual da ANPEd /2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3726.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2017.

PRESTES, Emília; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso. **Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba.** Rev. Lusófona de Educação no.21 Lisboa 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3088>> Acesso em: 20 de jan. 2017.

SOUZA, V. José. **Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (20032008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?** 33ª Reunião Anual da ANPEd/2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontroapp/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6552-Int.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2016.

UFPB. **Relatório de Gestão 2016.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20-%20UFPB%20-%202015.pdf>> Acesso em 10 de jul. de 2017.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista brasileira de educação, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>> Acesso: 10 de mar. 2017.